

A morte e o morrer na guerra: os enterramentos dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**

*Death and dying in the war: the burials of Brazilian soldiers in
World War II*



RESUMO

Este artigo analisa as práticas funerárias, os rituais e as devoções dos soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A partir das fontes geradas pelo Pelotão de Sepultamento da FEB (Força Expedicionária Brasileira), responsável pelo recolhimento, identificação e enterramento dos soldados, é possível refletir sobre as atitudes diante da morte na guerra. A relação da sociedade brasileira com a morte e o morrer revela, nesse período, os conflitos e a cooperação entre as instituições religiosas e militares, e destas com a população. Com a entrada do Brasil nesse conflito mundial em 1942, e o envio da FEB para o teatro de operações na Itália em 1944, ocorreu a criação de um Pelotão de Sepultamento (PS). A preparação individual do soldado para a probabilidade de sua própria morte, bem como os procedimentos institucionais destinados ao tratamento dos mortos permitem interpretar tentativas de construção de um culto cívico aos mortos no Brasil Contemporâneo.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial – Práticas fúnebres militares – Pelotão de Sepultamento da FEB – Enterramento de Soldados – Culto cívico aos mortos..

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand the funeral practices, rituals, and devotions, from the Brazilians soldiers killed during the World War II (1939-1945). This has been done by examining the documentation generated by the Burial Platoon of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) responsible for collection, identification and burial of those soldiers, showing their attitudes towards death in wartime. The Brazilian society practices and beliefs surrounding death and dying in the war in this period reveal conflicts and cooperation between religious and military institutions and those with the population. The Brazil's entry into World War 2 in 1942, and the deployment of the FEB to the theatre of World War 2 in Italy in 1944, was followed by the creation of a Burial Platoon. The soldier's individual preparation in face of the likelihood of their own death, as well as the institutional procedures in regards to dealing with the dead, allows us to understand the attempts to create a civic cult of the dead in contemporary Brazil.

Keywords: World War II – Military Funeral Practices – FEB Burial Platoon – Burial of Soldiers – Civic Cult of the dead.

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Professora de História do Brasil nas Faculdades Integradas Espírita (FIES). CV: <<http://lattes.cnpq.br/0552725334374907>>.

** Agradeço aos pareceristas indicados pela Revista M. pelas valiosas sugestões bibliográficas. Incorporadas ao texto, elas contribuíram para a reflexão sobre a temática.



Respeito aos mortos e seus familiares, homenagens aos que caíram em combate, lembrança da perda de vidas num conflito armado, luto e trauma, censura, etc, são questões associadas à temática dos mortos em guerra, com destaque depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como esse evento foi marcado pela mortandade em grande escala, consequência do desenvolvimento das armas de guerra, tornou-se um marco para os estudos das atitudes diante da morte no século XX. A morte de um homem jovem e saudável, quando deveria estar na fase mais produtiva de sua existência, tem um efeito desagregador na sociedade que através dos ritos procura integrar novamente aquele indivíduo em uma nova categoria no mundo dos mortos, bem como prover conforto e consolo para seus familiares e amigos (Van Genep, 2011).

A morte interdita a partir do século XX é marcada pela proscricção, constrangimento, censura e abandono das práticas associadas ao luto e ao pesar. A mesma condição se apresenta na ocultação dos jovens mortos em guerra, como no caso dos estadunidenses no Iraque (2001), e todos os comportamentos decorrentes desse evento desde então. A burocracia civil e militar determina os procedimentos com o corpo, a busca pelo local de sepultamento, a restrição dos ritos funerários e o constrangimento em relação ao luto que marcam essa relação com a morte.

Historicamente nem sempre foi assim. As práticas institucionais e sociais diante dos mortos em guerra foram consideravelmente modificadas em tempos recentes. Essas mudanças aconteceram simultaneamente, mas não necessariamente em conexão direta com a forma pela qual a sociedade também alterou sua relação com as práticas funerárias e as atitudes diante da morte. A documentação gerada pelo Pelotão de Sepultamento da FEB, localizada no Arquivo Histórico do Exército, permite analisar as devoções dos soldados brasileiros que participavam da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os objetos encontrados junto a seus cadáveres, assim como os rituais de sepultamento dos soldados mortos, seu traslado para o Brasil e a construção de um Mausoléu em sua homenagem, são elementos que possibilitam uma análise das atitudes diante da morte neste contexto.

No presente artigo as amostras aqui selecionadas confirmam a tendência à secularização, laicização, promoção do civismo e do nacionalismo manifestos nos ritos de enterramento realizados durante e após a guerra, bem como na lembrança dos mortos após os conflitos. Não se trata, porém, de um processo de mão única. Os intensos esforços nesse sentido em momento algum anularam as demandas por práticas, ritos e símbolos religiosos que, ainda que marginalizados, sempre se fizeram presentes.

Diferentemente do que ocorreu na Europa e Estados Unidos, a forma como estes locais de memória¹ foram construídos e suas relações com a sociedade civil não foram

1 Nos anos 1980, o historiador francês Pierre Nora problematizou o surgimento dos lugares de memória. Físicos ou simbólicos, estes locais são construídos a partir de determinados interesses de grupos ou projetos (Nora, 1993). Especificamente sobre a questão do lugar/celebração do morto em guerra, o estudo clássico de George Mosse, *Fallen soldiers: reshaping the memory of world wars*, ao trabalhar a questão da guerra moderna e a experiência da morte em massa com o "mito da experiência de guerra", destaca a importância de monumentos, mausoléus e cemitérios militares (Mosse, 1990). Inúmeros trabalhos, a partir das celebrações fúnebres no Brasil República e deste local de celebração cívica poderiam ser citados. Entre eles, destaca-se o artigo de João Felipe Gonçalves (2000, p. 135-161).

capazes de impactar a memória coletiva, como pretendido. Aparentemente não se logrou agregar a comunidade em torno dos ritos e cerimônias que as instituições promoviam e que promovem até hoje. Embora existam elementos comuns às diferentes experiências nacionais, estas também têm suas especificidades. Os monumentos, mausoléus e comemorações compõem uma parte das funções sociais da memória em que o principal desafio é estabelecer sentimentos de pertencimento e continuidade. Para o historiador alemão Jörn Rüsen (2009, p. 167), existem três níveis de memória: a memória comunicativa, a memória coletiva e a memória cultural. Estes níveis mudam ao longo do tempo, variando principalmente de acordo com o grau de institucionalização da memória.²

No contexto brasileiro, há uma busca de construção de um culto cívico dos mortos a partir da criação de mausoléus fúnebres militares coletivos, em 1928. No entanto, ao longo dos anos, esta memória dos caídos em combate pela Pátria se tornou uma memória institucionalizada, em que as Forças Armadas reforçam sua posição e a homenagem aos mortos passa a ser uma homenagem à instituição. A ideia central do morto enquanto pertencente ao grupo aparece em certos monumentos fúnebres, como: o Mausoléu aos Mortos do Movimento Tenentista, localizado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (RJ), de 1924; no mesmo cemitério, o Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) na Primeira Guerra Mundial, construído em 1928; o Obelisco aos Mortos da Revolução Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera em São Paulo (SP); o Mausoléu dos Mortos na Intentona Comunista de 1935, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro (RJ); o Mausoléu dos mortos na Intentona Integralista de 1938, localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro (RJ); nos dois Mausoléus dos Aviadores, um de 1941 e o outro de 1957, ambos também no São João Batista. Acrescente-se o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (RJ) de 1960.

A busca por fornecer maior visibilidade a tais monumentos foi constante ao longo do século XX. Alguns desses jazigos cívico-comemorativos foram transferidos do espaço cemiterial para praças ou parques em que se procurava destacar estes elementos. Exemplo disso é o caso do Monumento aos Caídos de 35, originalmente situado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro, que em 1968 foi transferido para a Praia Vermelha. Desde então, compartilha aquele espaço com o Monumento aos Mortos de Laguna e Dourados, da Guerra do Paraguai. O Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia, na Itália, também foi transformado em Monumento Militar Votivo, com a trasladação dos corpos dos soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial para o Monumento Nacional aos Mortos no Aterro do Flamengo, também no Rio de Janeiro, em 1960.

O historiador alemão Koselleck (1992) comparou os monumentos fúnebres na Alemanha, França e Itália e entendeu que nesses locais ocorreu uma tentativa de se constituir uma lição de moral e civismo dada pelos mortos, a partir de seus túmulos. Neste sentido, problematiza de que forma os monumentos aos mortos funcionam mais como meio de

2 Sobre esse aspecto da memória comunicativa e cultural, destaca-se o estudo de Aleida Assmann que, ao pesquisar as memórias sobre o Holocausto, argumenta que os modos de recordar são determinados pela cultura (Assmann, 2011).



atender aos interesses dos vivos do que homenagear os mortos. Essa não é a única motivação para a construção destes monumentos. Van Creveld, historiador radicado nos EUA, identifica três fases dos monumentos fúnebres de guerra. Em uma primeira fase da história humana, que se estende até o século XIX, os monumentos celebravam a vitória nas batalhas, o heroísmo dos guerreiros que a tornaram possível e a exaltação patriótica. Numa segunda etapa, durante a Primeira Guerra Mundial, os monumentos celebram os soldados como vítimas do sacrifício pelo bem comum. A última fase da história desses monumentos corresponde à época contemporânea, na qual não se comemoram as batalhas nem os soldados mortos, mas se protesta contra a violência da guerra e se prega o pacifismo (Creveld, 2008).³

Além das atitudes coletivas em relação aos mortos, os comportamentos individuais diante da morte podem ser observados na documentação gerada pelo Pelotão de Sepultamento, com o estudo das devoções pessoais de cada soldado brasileiro caído em combate na Segunda Guerra Mundial. A partir da sistematização das variáveis que aparecem nos relatórios individuais dos mortos na guerra é possível termos acesso a elementos dos comportamentos e devoções individuais diante da morte. Os relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento contêm uma descrição do que o soldado portava ao morrer, dentre outras tantas informações. Assim, essas fontes são capazes de preencher a ausência de informações sobre a relação do indivíduo com a possibilidade da própria morte. Os objetos religiosos que o soldado carregava – medalhas, orações, crucifixos – permitem ao historiador inferir como eles simbolizavam uma fé que tinha por objetivo a salvação da alma.

Com base nessas fontes, a reflexão sobre a maneira como esses homens morreram, qual o procedimento com cada um no que tange aos ritos funerários, a comunicação da morte para a família, a questão da instituição e suas práticas para com o combatente perdido em guerra são perguntas passíveis de serem respondidas pela pesquisa histórica. Neste artigo, as atitudes diante da morte na guerra serão analisadas a partir de três aspectos: em um primeiro momento será apresentado o Pelotão de Sepultamento e sua atuação com os mortos em conflito; a seguir, as devoções individuais aparecem como elementos que sugerem a preparação para a morte por parte do soldado; por fim, o significado do morrer na guerra, com a busca de construção de um culto cívico aos mortos.

Cuidando do soldado morto: o Pelotão de Sepultamento da FEB

Com o grande número de mortos em guerras a partir do final do século XIX e a correspondente pressão social para conceder uma sepultura digna, vários problemas

3 As tensões decorrentes na construção desse culto cívico aos mortos é uma temática amplamente abordada pela historiografia estadunidense. Entre os autores de destaque, John Bodnar, e a questão das celebrações aos mortos na Guerra Civil Americana. Bodnar (1994).



aparecem nos diversos exércitos. Como identificar o soldado morto? Onde sepultá-lo e como notificar sua família a respeito de sua morte? Tais questões estimularam o aparecimento de um grupo específico nos exércitos para essa função. O Pelotão de Sepultamento (doravante PS) tinha como objetivos identificar, sepultar e comunicar a perda do soldado o mais rápido possível e de maneira eficiente. Além disso, lhe cabia coletar os pertences do soldado morto para posterior entrega para sua família. Raras vezes tal responsabilidade foi delegada a outros soldados que não pertenciam ao pelotão.

A missão central de trabalho deste Pelotão era enterrar o morto o mais rápido possível e comunicar o falecimento para sua família. A função de recolher os mortos, além de questões higienistas e humanitárias, também contava com o caráter de não afetar o estado psicológico dos demais soldados, a fim de não reduzir sua moral para combater. Em todas as tarefas executadas no decorrer de sua existência, o PS produziu grande quantidade de documentos, em conformidade com as normas que regulavam o processo de recolhimento, identificação e sepultamento dos mortos, além do envio posterior à família dos pertences com eles encontrados.

O exame das fontes históricas legadas pelo PS implica em uma série de operações intelectuais vinculadas ao trabalho de crítica. Problematizar a fonte histórica para que se esclareçam os diferentes componentes que presidiram sua elaboração, percebendo seus compromissos, limites e possibilidades é uma tarefa que se impõe ao historiador. Cabe retomar aqui esse esforço explicitando duas questões: o caráter improvisado e apressado da criação da FEB e o fato de que esse esforço tenha sido pautado pela necessidade de observação das normas organizacionais e administrativas do Exército dos EUA, ao qual a FEB se subordinava.

A história da organização da Força Expedicionária Brasileira é marcada pela pressa e improvisação na criação e convocação de suas unidades. Inicialmente, havia sido acordado com os aliados estadunidenses o envio de um efetivo considerável, que somaria pelo menos 60 mil homens. Ao final, pouco mais de 25 mil homens foram enviados à Itália. O atraso na mobilização dos efetivos da FEB deveu-se a vários motivos, sendo a dispersão das unidades convocadas por uma área extensa do território nacional um dos principais. Acrescenta-se também uma dificuldade: todas as unidades convocadas estavam consideravelmente desfalcadas em seus efetivos, de modo que necessitavam repor a maioria dos quadros para atingir seus números oficiais. Finalmente, a repulsa da população à convocação, fosse para a FEB, fosse para o serviço militar obrigatório, tampouco ajudou.

Como as demais unidades militares, o PS legou, entre outras coleções de fontes, um extenso e detalhado relatório de sua história operacional. Além do relatório oficial, o PS oferece para o pesquisador uma diversidade de fontes, com diferentes informações sobre as atividades nas quais se viu engajada a instituição aqui tratada. A burocracia militar da época da máquina de escrever manual legou para consulta extensas coleções de documentos. É importante notar que essa massa de documentos foi em grande parte padronizada a partir de normas legais e práticas burocráticas estadunidenses. De acordo com os termos da aliança militar firmada entre Brasil e Estados Unidos da América, a FEB seria organizada de acordo com o padrão



norte-americano e submetida ao comando de algum dos vários exércitos dos EUA, então em combate na linha de frente da Segunda Guerra Mundial.⁴

A experiência no tratamento com os mortos em combate revelou diversos conflitos e debates durante e após a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial. Esse aprendizado foi elaborado e aperfeiçoado em relação aos procedimentos com os mortos na Segunda Guerra Mundial. A FEB foi subordinada ao V Exército norte-americano, que estava engajado na frente italiana desde seu início, em 1943. Como em praticamente todas as esferas, também no que concerne à destinação dos caídos em combate, a FEB seguiu os manuais americanos de procedimentos. A emulação de métodos e técnicas estadunidenses foi um poderoso condicionante na ação do Pelotão de Sepultamento. Por tal razão, é relevante seu exame em detalhe a partir do manual de procedimentos. Os Relatórios Individuais do PS são possíveis fontes para o estudo das atitudes diante da morte de brasileiros que atuaram na Segunda Guerra Mundial na Campanha da Itália. Entretanto, ao historiador é atribuída a responsabilidade de considerar a relação entre seu conteúdo, a realidade descrita e os fatores que podem ter atuado, impactado e interferido no arrolamento e narração dos fatos ali descritos. Um primeiro conjunto de considerações se refere às circunstâncias relacionadas ao exercício das atividades do Pelotão de Sepultamento face à diversidade de situações que a guerra impunha. As variáveis mais relevantes na preservação da integridade do corpo do morto e seus pertences dizem respeito ao tempo decorrido desde a morte até o sepultamento, por um lado e, por outro, a natureza das causas de morte.

Quanto menor o tempo decorrido desde a morte do indivíduo e seu sepultamento, maior será a probabilidade de resgate, identificação e preservação, em bom estado, do conjunto de pertences legados. Inversamente, quanto maior o tempo passado entre a morte e seu sepultamento, menores serão essas possibilidades. A forma de morte do indivíduo também é determinante no grau de sucesso da descrição acurada dos pertences encontrados com o morto. Os corpos – e os objetos pessoais – dos que morreram em combate na linha de frente podem ter passado por processos de fragmentação, degradação e dispersão. Entretanto, há um problema em relação a esse tipo de fonte: seu caráter demasiado lacunar, sintético, protocolar. Infelizmente, nem todas as informações relevantes foram registradas, em especial o detalhamento das devoções encontradas com os mortos, o conteúdo das fotos e – implicando em transgredir a ética e a lei então vigentes – até das correspondências encontradas. São extensas as limitações encontradas no esforço de interpretação das atitudes dos que se preparavam para – ou buscavam evitar – a própria morte na guerra a partir das fontes privilegiadas nesta pesquisa.

4 Segundo o acordo da JBUSMC - *Joint Brazil-United States Military Commission* (Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos), a recomendação no. 16 previa: 1. A organização de uma força expedicionária constituída por um Corpo de Exército de 3 DI e elementos do corpo 2. A organização adotada nos Estados Unidos, se o governo brasileiro assim o entender 3. A organização de uma adequada força aérea expedicionária de cooperação 4. Que o corpo expedicionário e a força aérea fiquem subordinados à direção estratégica e ao alto-comando norte-americano 5. A utilização de instalações e dos serviços do exército norte-americano nos teatros de operações 6. Que o material do corpo expedicionário e da força aérea seja de origem norte-americana, e as peças de equipamento individual e de fardamento (com exceção das destinadas ao voo) sejam de origem brasileira. 7. Que o exército norte-americano se encarregue de manter linhas de comunicações e abastecimento para o corpo expedicionário e a força aérea (Carvalho, 1952. p.325-326).



Não obstante o caráter lacunar, sintético e formalista das informações contidas nos RI do PS, ainda assim elas constituem um autêntico tesouro histórico. Afinal, trata-se de um manancial de informações sobre ideias, práticas e valores significativos das atitudes e representações diante da iminência da morte, ou da morte propriamente dita, de importante e marcante parcela de brasileiros, todos homens adultos, para as quais pelo menos até o momento não existem fontes alternativas.

Os objetos encontrados com os mortos são listados, mas não descritos. Ainda que a diversidade de objetos seja relevante, os RI se atêm a listá-los de forma simples e direta. O maior problema com que se defronta o pesquisador diz respeito à diversidade de objetos. Um primeiro conjunto que aparecia com recorrência mereceu ser identificado e contado. Nele se incluem, em ordem de importância: dinheiro (com a especificação das quantias e origem do papel moeda), fotos, medalhas religiosas, cartas, estampas de santos, cartão de identificação, crucifixos, orações, quadros religiosos, rosários, imagens santas, relíquias religiosas, bíblias, etc. Um segundo conjunto de objetos diz respeito aos encontrados com pouca frequência, ou apenas uma única vez. Aqui há uma diversidade de objetos tanto de uso diário quanto de caráter religioso, para os quais é difícil estabelecer uma frequência de aparecimento de caráter estatístico, tais como: tesouras, canivetes, correntes, alianças, etc.

Finalmente, outro leque de problemas de análise colocados ao pesquisador diz respeito ao número relativamente elevado de corpos com os quais nada foi encontrado. Aqui é fundamental estabelecer uma diferença entre os casos em que esta condição decorreu da vontade do indivíduo em contraste com aqueles em que o fato foi consequência das circunstâncias nas quais o corpo foi encontrado. Em se tratando de corpos encontrados e sepultados com relativa brevidade, em especial no que diz respeito a indivíduos exercendo atividades na retaguarda, é possível considerar que se tratou de uma opção do falecido. Já o mesmo não é possível afirmar acerca de corpos recuperados e sepultados muito tempo após a morte. Nesse caso, é presumível que o fato de nada ter sido encontrado se deve à perda, saque ou extravio dos bens do morto no tempo decorrido entre o falecimento e o encontro do cadáver. Dos 467 mortos brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, foi possível o acesso a 400 Relatórios Individuais do Pelotão de Sepultamento. Essa amostra foi suficiente para refletir sobre as atitudes diante da morte dos soldados na guerra.

A relação entre religiosidade e guerra foi explorada por alguns historiadores, a partir de diversas fontes, que permitem estabelecer tal ligação. Tratam-se de cartas de capelães, diários, jornais e revistas religiosas e escritos de oficiais sobre o papel da religião para soldados em guerra. São perspectivas institucionais, inclusive quando se tratam de depoimentos de capelães, seu ponto de vista socialmente determinado é de um membro de uma comunidade religiosa e, ao mesmo tempo, da instituição militar. Perceber a relação do indivíduo com a possibilidade de morrer, e como são reveladas essas devoções pessoais nesse momento, a partir da identificação de elementos religiosos que os soldados portavam quando ocorreu sua morte. Nesse sentido, tais fontes possibilitam essa reflexão. Crucifixos, imagens religiosas, terços, orações e Bíblias consistem em exemplos de objetos encontrados nos cadáveres.



Preparando-se para a morte: devoções individuais dos soldados brasileiros

Todo soldado que está em uma guerra pensa na morte. Preparar-se para a boa morte ou para uma morte tranquila fazia parte dos comportamentos dos homens em combate. Em um momento de incertezas, quando o medo é presente, as religiosidades possuíam o potencial de transformar as angústias em fé. A espiritualidade (Azzi, 1994) e o medo de morrer na guerra estão intimamente ligados. A negação da morte provavelmente estimula uma série de comportamentos e de ações que privilegiam determinados aspectos de crenças populares. A religiosidade individual pode ser demonstrada pelas devoções dos soldados no *front*. As devoções, entendidas como sentimento religioso, referem-se a um acordo entre o fiel e o santo a partir de uma relação de troca. O fiel faz o pedido e, se for atendido, “paga” a promessa. Um aspecto essencial nesta modalidade de devoção é a fidelidade. Tal relação se estreita a partir da presença da barganha, que é o que distingue a devoção da espiritualidade e que não enfatiza o milagre. Para José Carlos Pereira (Pereira, 2005), a devoção estaria no grau de contato primitivo do fiel com a religião. Como exemplo, a existência de uma lista de santos para todas as causas. Este seria o fator principal de origem dos conflitos e da repulsa da Igreja em relação ao catolicismo devocional, já que este dispensa a instituição eclesiástica para existir.

Em guerra, as necessidades espirituais são enfatizadas. Neste sentido, “a devoção ao Santo constitui para o fiel uma garantia do auxílio celeste para suas necessidades. Sendo que a lealdade ao Santo se manifesta, sobretudo, no exato cumprimento das promessas feitas” (Azzi, 1994, p. 296). Objetos de uso religioso frequentemente estavam presentes nos corpos dos soldados brasileiros mortos. Em praticamente um terço dos cadáveres foram encontrados artefatos ou impressos relacionados a diferentes devoções, praticamente todos de origem cristã. Essa constatação é paradoxal. Por um lado, a instituição militar era marcada pelo distanciamento das instituições religiosas. Por outro, tratava-se de um contexto de permanente e extremo risco de vida, suscetível de fomentar devoções. Essa mostra é significativa para o entendimento das devoções individuais e de sua relação com as atitudes diante da morte.

O período a que se refere essa pesquisa está, historicamente, muito longe dos tempos em que os brasileiros levavam à frente de suas tropas em combate imagens de santos que os protegessem dos perigos do campo de batalha e atemorizassem seus inimigos. Tal situação aconteceu, por exemplo, na prolongada campanha das tropas do Império Português contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII (Santos, 2006). Porém, historicamente, os indivíduos aqui examinados já estavam próximos da época em que missas eram rezadas antes das batalhas e jurava-se fidelidade ao imperador com a mão direita sobre a bíblia. Essa foi a prática institucional até o fim do Império, distante 50 anos do momento em que



começou a Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, a dimensão do sagrado neste contexto se faz presente, principalmente pela iminência da morte. Trata-se de um contexto no qual os rituais e necessidades individuais relativas às incertezas deste rito de passagem ainda são monopolizadas pela religião.

A época em que viveram os membros da FEB é marcada por sucessivas revoluções urbanas, industriais, científicas e tecnológicas. Essas amplas, importantes e por vezes radicais transformações acompanharam o processo de secularização da morte em curso em diferentes regiões da sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, como no caso do Rio de Janeiro, no sentido do enfraquecimento dos dogmas religiosos (Rodrigues, 2005 e 2014). Este era um contexto de reforço da crença no poder da ciência e na laicização dos ritos e monumentos públicos.

Os soldados brasileiros foram incorporados a um dos exércitos mantidos na linha de frente da Segunda Guerra Mundial pela maior superpotência econômica, industrial e científica que o mundo já havia conhecido – os EUA. As demonstrações de superioridade material, organizacional, cultural, etc da civilização norte-americana e seu profundo efeito sobre os brasileiros são conhecidos. Nenhum dos ex-combatentes que escreveu a respeito deixou de descrever da forma a mais intensa e explícita possível sua admiração, por vezes até assombro, diante da materialidade do caráter superior da civilização construída nos EUA. Quaisquer indivíduos que alimentassem simpatias ou veleidades sobre o fascismo ou nazismo como modelos de organização social e política, tão importantes entre alguns militares brasileiros dos anos 1930, mudaram de ideia diante da inequívoca e ampla demonstração da superioridade da sociedade norte-americana. Até no interior dessa forte tendência de secularização da sociedade encontram-se escritos legados pelos ex-combatentes que enfatizavam o papel das crenças religiosas como relevante elemento para a preservação de suas vidas enquanto membros da FEB. A Segunda Guerra Mundial foi um choque armado, no qual questões como o nível de produtividade industrial, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e a adequada organização dos recursos nacionais foram fatores decisivos. No Brasil ainda não estavam disponíveis tais recursos nos anos 1940, ainda mais se tratando de cumprir com o compromisso de participar de uma guerra na Europa contra a Alemanha Nazista.

É possível afirmar que na guerra travada pelos brasileiros nos Montes Apeninos na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial a importância do poder material foi evidente. A todos os envolvidos era claro que, embora as habilidades militares e a motivação para combater fossem importantes, a vitória seria decorrente da superioridade material dos Aliados contra o Eixo. As aparentemente infinitas disponibilidades materiais da logística estadunidense ajudariam os brasileiros a prevalecer diante dos defensores alemães, respeitados como combatentes, mas padecendo de graves privações materiais e humanas. No caso dos membros da FEB, se fossem atingidos em combate, os brasileiros sabiam que podiam contar com a remoção pelos padioleiros até uma ambulância que os conduziria até um hospital, no qual suas chances de sobreviver e de se recuperar seriam maximizadas numa escala sem precedentes. Em caso de acontecer o pior, os brasileiros eram informados por meio do manual do Departamento



de Guerra dos Estados Unidos que seus companheiros – e, novamente, a Intendência – providenciariam um enterro decente.⁵

Ainda que existam vantagens logísticas e tecnológicas, estas não permitem ignorar a maior probabilidade de morte em um contexto de guerra. Ainda que a presença do sentimento religioso seja menor, na individualidade ela pode se revelar. Na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais, como demonstram as fontes utilizadas pelo historiador Michael Snape (2005, p. 35), ocorreu farta distribuição de artefatos religiosos por parte das forças armadas. Independente do posto, credo ou faixa etária, estes objetos geralmente eram aceitos e utilizados pelos combatentes. Ao longo das guerras, a presença desses pertences entre os soldados foi significativa. O preenchimento do Relatório Individual feito pelo Pelotão de Sepultamento, embora baseado em um roteiro pré-estabelecido, frequentemente indica divergências na forma de denominar certos objetos encontrados nos cadáveres.

As medalhas religiosas eram itens que apareciam mais frequentemente entre os objetos encontrados nos soldados que morreram em ação. Encontrei a menção a 84 soldados que carregavam esse objeto, o que caracteriza 9,08% da amostra. Quase um entre cada dez mortos da FEB tinha consigo uma ou mais medalhas religiosas. O número mais frequente encontrado de medalhas era de uma ou duas. Quase todas ocorrências somaram poucas medalhas, com exceção de dois indivíduos, que carregavam um número sem precedentes. O 2º. Sargento José Pessoto Sobrinho de Limeira (SP) morreu em um acidente de Jeep, no dia 10 de março de 1945, em Porretta Terme. Ele era católico, branco, tinha 30 anos e estava lotado no Quartel-General da 1ª. DIE. Além das 42 medalhas religiosas, ele possuía também nada menos que 13 rosários, um crucifixo, 13 orações, 5 relíquias religiosas, 54 quadros religiosos, um porta-terço, uma fita da congregação católica e um quadro religioso de louça. Além de um considerável acervo de 138 objetos religiosos, ele também carregava ambas as chapas de identificação, alfinete com medalha, 2 diários, 9 vistas de Roma, 4 anéis, 2 aros para óculos, 3 lentes para óculos escuros, lapiseira, escova, torre de Pisa, álbum de Nápoles, 1 livro “O oceano”, livro “Episódios de Guerra”, 5 conchas de ostra, um cartão de identificação, 10 cartas e 16 fotografias. Somente um indivíduo que exercia ofícios tipicamente de retaguarda, trabalhando no quartel-general, seria capaz de carregar confortável e permanentemente tantos objetos. Ele morreu no Hospital de Pistoia.⁶

Já o caso do cabo Fleury Silva, católico, branco, residente em Bonsucesso (RJ), morto aos 24 anos de idade na localidade de Palazzo, é diferente. É fato que ele portava 16 medalhas religiosas. Ao morrer, ele tinha um estilhaço de granada que amputou sua coxa em 22 de fevereiro de 1945 e apenas ambas as chapas de identificação um rosário, 2 crucifixos, 4 chaves e uma corrente.⁷ Esse reduzido conjunto de objetos – todos de pequenas proporções – é coerente com sua função de infante na 9ª Cia. do 1º RI. Ao 1º Regimento de Infantaria,

5 War Department Field Manual. *Graves Registration*. Washington: United States Government Printing Office, 1945. 62p. Disponível em: <<https://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/ref/FM/PDFs/FM10-63.pdf>>. Acesso em: 13/12/2016.

6 ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Rio de Janeiro (doravante AHEx). Seção de Arquivos Escritos (doravante, SAE). Fundo FEB. *Relatórios do Pelotão de Sepultamento*, s/n.

7 Idem.



conhecido como o “Sampaio” em honra de seu patrono, foi conferida a atribuição de alcançar o cume do Monte Castelo, fato ocorrido no dia anterior à morte de Fleury. Contudo, mesmo tomado o monte, o local continuou sob intenso fogo das tropas alemãs por vários dias. Foi somente com a tomada das elevações próximas ao Monte Castelo que esta posição finalmente ficou segura, livre de ser alvejada por alemães. Intensos combates envolveram o 1º. RI entre os dias 21 e 24 de fevereiro (Moraes, 1947).

Esta comunicação simbólica entre o fiel e o santo ocorria no momento de carregá-lo em momentos cruciais, como durante uma ação em confronto armado. O espaço devocional se resumia ao corpo do soldado, de modo que a medalha com a imagem visava proteger o indivíduo. Os relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento eram sintéticos e nem sempre especificavam, por exemplo, quais santos estavam presentes nas imagens recolhidas dos mortos. Ainda assim, surgiram algumas exceções na pesquisa. A imagem de Nossa Senhora foi encontrada no rol dos pertences do soldado Geraldo Augusto dos Santos. Ele morreu no Hospital de Evacuação. A causa de morte não foi informada, embora conste que foi ferido em ação em 21 de janeiro de 1945. Com 29 anos de idade, Geraldo era de Caçapava, no interior do estado de São Paulo.⁸

Outro exemplo que destoa do texto padronizado dos relatórios refere a presença da imagem do Sagrado Coração de Jesus, listada nos pertences do soldado João Maria Silveira Marques. Natural de Caiuás, no Mato Grosso, o combatente morreu com um tiro no crânio em Porretta Terme em 26 de novembro de 1944, aos 30 anos de idade. A pesquisa buscou descobrir que imagens eram essas. No acervo do Museu do Expedicionário, em Curitiba, encontram-se muitos objetos religiosos que foram doados por ex-combatentes ou seus familiares.

A origem do objeto religioso também possui uma dimensão simbólica que não pode ser desconsiderada. Até hoje em dia é frequente possuir um santinho dado pela mãe, pela avó e que mesmos os céticos carregam em suas carteiras por aspecto sentimental que ultrapassa a fé ou sua falta. Na Segunda Guerra Mundial, as crenças religiosas eram parte importante da dimensão pessoal dessa parcela da sociedade que constituiu a FEB. Na tropa, o número de militares profissionais foi muito menor do que os civis convocados. Nessas condições, a vida religiosa contemporânea do homem comum influenciou os comportamentos das duas instituições.

O culto cívico aos mortos no Brasil

Repatriar mortos em combate sempre teve um sentido de reflexão sobre os motivos da morte e uma ênfase no sacrifício realizado. Como são mais frequentes no século XX, são

8 Idem.



marcados como eventos midiáticos,⁹ em que a esfera pública participa do luto e a intenção política da celebração é explorada de diferentes maneiras.

As especulações sobre os motivos da transladação dos combatentes brasileiros do Cemitério de Pistoia para o Brasil são variadas. O fato é que os próprios documentos do PS mencionavam tal procedimento e para esse fim justificavam a duplicação das informações sobre cada morto para o “posterior traslado para o Brasil”.¹⁰ Confirma também a possibilidade de repatriamento o próprio Manual do *Graves Registration*, documento estadunidense que formatava os procedimentos com os cadáveres dos soldados mortos em conflito. Neste, todos os cemitérios são tidos como provisórios, até o final da guerra, e os procedimentos em relação aos sepultamentos devem estar coerentes com a possibilidade de retorno dos cadáveres ao país de origem. Existe, no entanto, uma versão de que o desejo de trazer os corpos dos soldados mortos para o Brasil foi resultado de uma promessa do comandante geral da FEB Marechal Mascarenhas de Moraes.¹¹

Em sua pesquisa sobre a reintegração social dos ex-combatentes da FEB, Francisco Ferraz (Ferraz, 2003) aponta as discussões sobre o local que deveria abrigar os restos mortais dos soldados brasileiros. Entre as possibilidades, constava a ampliação do Pantheon ao Duque de Caxias, o encaminhamento dos corpos para sepulturas familiares ou mausolés em suas cidades de origem e finalmente, a construção de um mausoléu específico, que representasse a comunhão das Forças Armadas e se tornasse um local de memória dos sacrifícios daqueles soldados pela Pátria.

A partir da documentação da Comissão de Repatriamento pesquisada por Ferraz, percebe-se que muitas famílias sondadas pela possibilidade concordariam com a alternativa de sepultamento em túmulo familiar, mas tal opção foi ignorada pela comissão.¹² Verifica-se aqui um caso de confronto entre os interesses da instituição militar e as práticas de luto vigentes na cultura popular. A pesquisa de Francisco Ferraz mostrou que o processo de desmobilização da FEB no Rio de Janeiro, o abandono e até a proibição em determinados momentos de invocar sua memória, configuraram-se como situação perversa para os ex-combatentes. Sua experiência não foi devidamente aproveitada e seus esforços não foram recompensados adequadamente nos anos posteriores ao final da Guerra.

Este cenário permite levantar a hipótese de que, se para os vivos a desmobilização foi

9 São inúmeros exemplos, mas pode ser citado o filme/documentário mudo “*Os funerais de João Gualberto*”, de Annibal Requião em 1912. Tal registro demonstra a importância de um cortejo fúnebre e da questão da volta do corpo para “casa”, mesmo repleto de conflitos, já que o corpo tinha sido enterrado em campo de batalha há tempos, questionava-se a identidade do cadáver e o fato do morto ser um oficial, no caso coronel. Mesmo com todas essas inconsistências ele é um exemplo dessa exposição midiática do traslado de alguém que morreu em um combate. Disponível em: <<http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=001202&format=detailed.pft>>.

10 AHEX. SAE. Fundo FEB. *Relatório final do Pelotão de Sepultamento*, p. 9, 1945. Cada relatório individual de soldado morto preenchido pelo PS era duplicado. Tivemos acesso aos dois modelos, um preenchido a lápis e outro datilografado.

11 MORAES, João Batista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947, p.285.

12 A correspondência expedida e recebida pela Comissão está no ARQUIVO DO MONUMENTO NACIONAL AOS ORTOS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL – Rio de Janeiro (doravante AMNMSGM), Arq. A, Caixas 1-J e 2-J. Pedidos de familiares e de autoridades municipais e estaduais para a transladação dos mortos em suas localidades, para mausolés e homenagens locais, estão no AMNMSGM, Arq. B; gaveta 6, pasta 3. Apud Ferraz (2003, p. 337).

trágica, em relação aos mortos evitou-se o mesmo processo. A Comissão de Repatriamento comandada pelo general Mascarenhas, que acompanhou o que considerou serem as “injustiças” e os “descasos” com os soldados que retornaram vivos para o Brasil, preferiu pela não “desmobilização dos mortos” (Ferraz, 2003). Procura-se, dessa forma, homenagear os mortos e construir um local de memória deste evento no Brasil. Essa Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia foi criada em 1952. Em seu artigo sobre os monumentos modernos aos mortos, Koselleck estabelece uma conexão entre morte-identidade-memória (Koselleck, 1997). Segundo ele, a característica mais marcante destes monumentos seria sua funcionalização a favor dos vivos. No caso, a instituição militar arregimenta os corpos dos militares mortos para suas próprias práticas simbólicas. Nessa perspectiva, apresenta-se a possibilidade de agrupar os restos mortais dos combatentes da FEB no Pantheon a Caxias, erigido em 1949. A construção do mito em torno de Caxias foi pesquisada por Celso Castro na obra “A invenção do Exército Brasileiro”. (Castro, 2002) Iniciada nos anos 20, seguindo com o Estado Novo, o culto a Caxias é sintetizado no mito do “pacificador”. Trata-se de um termo que dá coerência e unidade aos valores do Exército Brasileiro.

Batizar o prédio do Ministério da Guerra de Palácio Duque de Caxias e construir um Mausoléu para o mesmo na frente do edifício representaram, em 1949, o culto ao duque oficializado (Castro, 2002, p. 32). Outra etapa do processo de construção histórica desse mito se deu em 1955, com a criação da Medalha do Pacificador, homenagem ao Duque de Caxias a ser outorgada pelo Exército a personalidades civis e militares. O fato de que a figura de Caxias seja articulada pela história oficial do Exército como um modelo a ser seguido pelos demais soldados e até um santo – vide o exemplo da existência de uma Oração a Caxias no Manual de Orações do Soldado Brasileiro –, não impediu que o contrário acontecesse. O termo “caxiagem”, comum na FEB, se referia a uma crítica à exigência de disciplina extrema para a tropa. Durante esse período, o repúdio ao patrono era tamanho que os soldados se designavam como pertencentes ao Exército da FEB e não ao Exército de Caxias (Castro, 2002, p. 34). A conotação negativa do termo “caxiagem” permanece até hoje. É um paradoxo que se tenha cogitado a possibilidade de agrupar no Mausoléu de Caxias os restos mortais dos soldados da FEB. Afinal, tratavam-se justamente daqueles que negavam esse envolvimento com os valores e comportamentos associados à prática da “caxiagem”.¹³

O projeto não seguiu adiante. Segundo aponta Francisco Alves Ferraz (Ferraz, 2012, p. 304), a comissão de repatriamento destacou que o Mausoléu deveria abrigar restos mortais de combatentes brasileiros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Por esse motivo, não seria justo modificar um monumento em homenagem ao Patrono do Exército. A decisão pela construção de um monumento específico para o recebimento dos restos mortais dos soldados brasileiros mortos foi determinada, em 1952, com a publicação do Edital de Concurso do Projeto para a construção de um “Monumento Nacional destinado a servir de Mausoléu aos

13 Inúmeras memórias de ex-combatentes se referem à ênfase em diferenciar o comportamento profissional de um soldado da FEB em relação ao soldado “caxias”. Sobre esse assunto, ver MAXIMIANO (2010, p. 375).



mortos da Segunda Grande Guerra”.¹⁴

A partir desta tradição de monumentos fúnebres, identificam-se os elementos comuns, como a forma de apresentação do túmulo do soldado desconhecido: abaixo de um pórtico e com a chama eterna, similar ao monumento que deu origem a tal concepção, o Arco do Triunfo em Paris. A ênfase em elementos modernistas e a não inclusão de esculturas religiosas, por exemplo, são características comuns do modelo “contemporâneo” do monumento aos mortos, que pode ser caracterizado por uma igualização progressiva que possui a ênfase em transmitir uma mensagem política funcional. (Vovelle, 1987)

O impacto desta concepção no Brasil dos anos 60 foi marcante. Ainda era recente a experiência da guerra, de modo que a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial alcançou ampla repercussão. A mensagem, no caso brasileiro, era a unidade das Forças Armadas na luta pela liberdade. O projeto original contava com a escultura figurativa de uma mãe brasileira. Esta representação foi substituída pela estátua que congrega os soldados das três forças: exército, marinha e aeronáutica. A partir dessa escolha, houve um reforço da questão da pátria e da instituição militar sobre a individualização e a ideia de dramaticidade da morte para as mães dos soldados.

Com o monumento finalizado, a etapa seguinte foi a transladação dos restos mortais da Itália para o Rio de Janeiro. Em diferentes medidas, a questão do repatriamento dos corpos foi adotada por todos os países beligerantes. No caso alemão, houve uma imposição das circunstâncias. Por ter sido derrotada, a Alemanha não possuía a menor chance de retornar aos locais de sepultamento de seus soldados na França e na Bélgica, na tentativa de identificá-los e proceder à remoção, de modo que praticamente todos seus militares mortos permaneceram enterrados onde estavam. Já os EUA, desde o início, comprometeram-se com o retorno dos mortos à pátria. Os britânicos também concordaram com o retorno de seus mortos à terra natal, mas na prática restringiam o traslado aos mortos cujas identidades e locais de sepultamento estivessem claramente estabelecidos. Como resultado, menos da metade dos mortos se encaixava nessa categoria, restringindo a almejada repatriação em massa (Snape, 2005).

Diversos aspectos marcam o repatriamento dos soldados brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Os jornais do período realizaram uma cobertura completa desse acontecimento. Em julho de 1960 aparece uma nota no Jornal do Brasil, comentando que o Monumento estava finalizado e que faltava a liberação da verba para a Comissão de Repatriamento viajar para a Itália, exumar e trasladar os restos mortais.¹⁵ No dia 11 de agosto de 1960 foi registrada na imprensa a partida da comissão de repatriamento que traria os despojos dos soldados mortos

14 DIÁRIO OFICIAL, nº. 286, de 16 de novembro de 1955, página 22979: Documento da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia, Resumo das Atividades do Brasil na Guerra Mundial para uso dos concorrentes a construção do Monumento.

15 Em sua pesquisa sobre a reintegração dos ex-combatentes da FEB, Francisco Alves Ferraz incluiu um discurso do então senador Caiado de Castro, referindo-se à situação de penúria que viviam os soldados da FEB no Brasil, a falta de reconhecimento e que se esse era o tratamento dado aos vivos sobreviventes da guerra era melhor que os mortos não pudessem passar pelo mesmo descaso e permanecessem na Itália. Ferraz (2003, p. 340).



na Segunda Guerra Mundial.¹⁶ Depois disso, apenas em 1º de dezembro seria noticiado que a FAB (Força Aérea Brasileira) traria as urnas funerárias com os restos mortais dos soldados.¹⁷

Outro aspecto que merece destaque nesse processo foi a queda de um dos aviões que trazia as urnas funerárias em Portugal, em 12 de dezembro de 1960. Embora os documentos oficiais ressaltem que as urnas e os seus conteúdos foram preservados no acidente, a afirmação parece duvidosa. Os críticos da atitude de trasladar os corpos reputaram a esse acidente a vontade dos mortos de permanecer na Itália e não retornar ao Brasil.¹⁸ A foto de uma mulher de joelhos diante das urnas mereceu destaque na edição de 17 de dezembro de 1960. Na mesma página há a informação de que as urnas ficariam na Base Aérea do Galeão para visita das famílias e posteriormente seriam levadas para o Palácio Laranjeiras, onde seriam expostas para homenagens da população em geral.¹⁹

A questão institucional de estabelecer relação e unidade entre os eventos relacionados à história militar pode ser destacada novamente com a chegada das urnas funerárias contendo os restos mortais dos soldados. Uma delas com os cadáveres do “soldado desconhecido” foi levada até o Pantheon de Caxias para “prestar homenagem” aos que não foram identificados.²⁰ Esse simbolismo pretendeu construir artificialmente uma continuidade de um evento – a biografia de Caxias – com o outro – a luta da FEB na Itália. Na mesma página do jornal desse dia, totalmente dedicada aos detalhes do evento, existem descrições da exposição das urnas aos familiares no Palácio das Laranjeiras. Na edição do dia seguinte, detalhes e fotos do cortejo fúnebre das urnas pelas ruas do Rio de Janeiro e do recebimento dos restos mortais pelo presidente da República e as demais autoridades no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.²¹ Este local seria o espaço de lembrança, rememoração e culto aos mortos. Mas, como essas questões se articulam no contexto brasileiro?

A ideia de que o tempo presente parece estar acelerado faz com que a memória seja valorizada, segundo Pierre Nora. Em seu texto clássico sobre os lugares da memória, o autor diferencia o ato de lembrar do ato de historicizar. Enquanto o lembrar estaria ligado ao próprio ato que o cria, sem vínculo com a experiência vivida, esta seria a ênfase dada pelo ato de narrar o acontecimento histórico. Cemitérios, mausoléus e monumentos fúnebres aparecem desta forma como lugares de memória. Como local no qual a “memória” será colocada, estes

16 BIBLIOTECA NACIONAL/RJ (Doravante BN/RJ). Hemeroteca Digital (Doravante HD): Jornal do Brasil, “Comissão foi buscar os despojos”, 11 de agosto de 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=12673&Pesq=FAB%20trar%C3%A1%20os%20mortos%20de%20Pistoia>. Acesso em 03/11/2016.

17 BN/RJ. HD: Jornal do Brasil, “FAB trará os mortos de Pistoia”, 1 de dezembro de 1960, p.7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=FAB%20trar%C3%A1%20os%20mortos%20de%20Pistoia>. Acesso em 03/11/2016.

18 BN/RJ. HD: Jornal do Brasil, “Monumento a Mortos da II Guerra”, 27 de julho de 1960, p. 7. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&PagFis=12673&Pesq=FAB%20trar%C3%A1%20os%20mortos%20de%20Pistoia>. Acesso em 03/11/2016.

19 BN/RJ. HD: Jornal do Brasil, “Cinzas dos Pracinhas serão expostas”, 17 de dezembro de 1960, p. 5 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=17%20de%20dezembro%20de%201960>. Acesso em 03/11/2016.

20 BN/RJ. HD: Jornal do Brasil, “Exército presta homenagem ao soldado desconhecido”, 22 de dezembro de 1960, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=exercito%20presta%20homenagem>. Acesso em: 03/11/2016.

21 BN/RJ. HD: Jornal do Brasil, “466 heróis”, 23 de dezembro de 1960, p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=17%20de%20dezembro%20de%201960>. Acesso em: 03/11/2016.



espaços em que a morte é lembrada são inventariados pela história.

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial pode ser considerado um marco fundador dessa tentativa de criação do culto cívico dos mortos no Brasil. Ainda que não se trate de iniciativa inédita, já que outros mausoléus haviam sido criados anteriormente, como o caso do Obelisco aos Mortos da Revolução Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera em São Paulo (SP), cujas obras foram iniciadas em 1955.²² Sua concepção possuía o caráter de concentrar os mortos naquele conflito num local de memória coletiva. Esperava-se que a homenagem aos brasileiros comuns que lutaram por uma boa causa seria capaz de fortalecer a identidade nacional. Nora identifica nas relações com os lugares de memória a articulação entre o respeito ao passado – real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a determinado grupo; além de observar a articulação entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade, entre a memória e a identidade (Nora, 1993).

No caso dos cemitérios militares, mausoléus militares e monumentos, esta memória foi construída em prol de uma mensagem política que se quis ligar à sua função de depositário de restos mortais de determinados homens que integraram esta instituição. Entretanto, este projeto não exerceu esta empatia com a população local, nem com os possíveis turistas. No período posterior à inauguração, diversas autoridades compareciam às cerimônias de homenagens e comemorações à memória dos ex-combatentes. Nos últimos 20 anos tais eventos são de caráter interno. Um aspecto marcante no monumento é a presença das Forças Armadas no local. Toda semana há uma cerimônia da troca da guarda e a presença constante de militares pode ser um fator que inibe a circulação do “povo” naquele ambiente. Outro destaque é a relação dos habitantes da cidade com o monumento. O nome oficial do espaço é Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, mas é conhecido como Monumento aos Pracinhas, com uma placa que confirma essa denominação. A morte é interdita, tanto na referência ao Monumento como pelos próprios moradores da cidade. A maior parte da população não tem conhecimento de que ali, no subsolo daquela construção modernista, há uma cripta com restos mortais de soldados mortos na Segunda Guerra Mundial.

Rüsen distingue algumas formas de relacionamento com o passado na vida social. Distinta da consciência histórica, a memória histórica, relacionamento imediato entre passado e presente, seria uma força da mente humana dada a utilizações práticas. Em seus três níveis – comunicativa, coletiva ou cultural –, ela se ocupa das formas de permanência do passado no presente (Rüsen, 2009). A identificação do monumento enquanto espaço de culto cívico aos mortos é substituída pela ideia de que a história dos expedicionários se articula apenas com as Forças Armadas. A instituição militar tomou para si a memória da FEB. Essa iniciativa parece encontrar correspondência na relação que a população tem com o Monumento.²³ Muito difundido na Europa, o culto cívico dos mortos não obteve o mesmo apelo no Brasil. Segundo Fernando Catroga, a memória liga os indivíduos verticalmente a grupos e entidades

22 Sobre o tema, ver os estudos de Marcelo Santos Abreu (2010, 2011a, 2011b).

23 Além de ser conhecido como Monumento aos Pracinhas, entre os cariocas o monumento também é chamado de “Muleta do Gigante”. Percebe-se que a partir dessas duas denominações populares, o local fracassou enquanto cemitério.



e horizontalmente “a uma vivência encadeada do tempo (subjetivo e social), submetendo-os a uma ‘filiação escatológica’” garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que seja na memória dos vivos” (Catroga, 2009, p.25). Essa articulação fracassou no Brasil. Tais monumentos e cerimônias não conseguiram exercer a função social para a qual foram concebidos.

Considerações finais: limites e possibilidades de novas fontes para os estudos das atitudes diante da morte na guerra

A relação entre Morte e História vem ganhando ampla expansão na atualidade. A morte na guerra também acompanha essa tendência, a partir de abordagens que se dedicam ao entendimento das mais diversas problemáticas dessa temática, desde atuação de capelães militares, passando por enterramentos em massa até a gestão dos mortos em guerra pelas instituições. As representações públicas da morte em guerra possuem na figura do Soldado Desconhecido uma problemática considerada clássica entre os estudos dedicados a esse objeto. No Brasil, tais estudos se encontram ainda em estágio preliminar e se referem a eventos de escala menor. O Brasil não teve participação significativa nos grandes conflitos de massa do século XX. No entanto, a intensa experiência em sucessivos conflitos armados internos, bem como na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, oferecem ao pesquisador possibilidades de pesquisa que há tempos vêm sendo exploradas pela historiografia internacional.

No presente artigo optou-se por focar em três ordens de questões. A constituição de um Pelotão de Sepultamento responsável pelo tratamento ao morto de guerra, especificidade até então não profissionalizada no Exército Brasileiro. Também se verificaram sucessivas tentativas de construção de um culto cívico aos mortos em combate, conforme percebido por intermédio do estudo dos monumentos fúnebres militares e das cerimônias e eventos a eles associados. Por fim, cabe destacar, pelo recurso a fontes inéditas, a contribuição para a reflexão sobre os comportamentos e devoções dos soldados, diante da iminência da morte. Essas questões permitem problematizar as relações da sociedade com a morte no Brasil do século XX.

Não se trata aqui de pretender que a experiência internacional com essas questões venha a se reproduzir entre nós. Entretanto, percebe-se que inúmeras tentativas para preencher essa lacuna na historiografia local apontam para uma diversidade de fontes possíveis para análise dessa temática. No tratamento com os mortos, a memória e as formas de comemoração revelam nossa relação com a história. Embora reconhecendo a tendência à secularização, laicização, civismo e nacionalismo nos ritos de enterramento durante e depois das guerras, constata-se que não foram anuladas as demandas por práticas, ritos e símbolos religiosos.

A manipulação dos ritos de morte é fonte de poder político. É visível o poder do corpo morto, o poder da memória da morte e o poder da autoridade do morto. Características



acentuadas por um sacrifício em nome do coletivo. Esses esforços em enterrar ou reenterrar os caídos, as obras erguidas em sua homenagem, as manifestações públicas de luto e rememoração dos mortos são influenciadas por diversos fatores. Dentre eles, pela forma que assume o aparelho de Estado, o regime político, a cultura pré-existente em relação aos mortos e as necessidades psicológicas dos que perderam seus entes queridos, apenas para citar os fatores mais importantes. A forma e o conteúdo assumido por esses processos históricos, em especial no imediato pós-guerra, podem variar conforme cada sociedade e país. Cabe ao estudioso o desafio de analisá-las.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo Santos. *Os mártires da causa paulista: a criação do culto aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1937)*. Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.1, p. 193-211, jun. 2011a.

_____. *Culto Cívico dos Mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937)*. *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 31, p. 105-123, 2011b.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, 453p.

AZZI, Riolando. *A Espiritualidade Popular no Brasil: um enfoque histórico*, In: *Grande Sinal – Revista de Espiritualidade*, Ano XLVIII, p. 293-304, 1994/3.

BODNAR, John. *Remaking América: public memory, commemoration and patriotism in the twentieth century*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994. 312p.

CARVALHO, E. Leitão. *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1952. 421p.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 92p.

CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva, 1999. 370p.

CREVELD, Martin Van. *The culture of war*, New York: Ballantines Books, 2008, 512p.

FERRAZ, Francisco Cesar Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira*. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 2003, 394p.

GONÇALVES, João Felipe. *Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República*. *Estudos Históricos*, vol. 14, nº 25, p. 135-161, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010, 447p.



MORAES, João Batista Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947. 349p.

MOSSE, George. *Fallen Soldiers: Reshaping the memory of World Wars*. Oxford Press: New York, 1990. 264p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista de Pesquisa Histórica*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, José Carlos. *Devoções Marginais: interfaces do imaginário religioso*. Porto Alegre: Zouk, 2005. 128p.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 390p.

_____. A secularização da morte no Rio de Janeiro oitocentista. In: RODRIGUES, Claudia e LOPES, Fábio Henrique (orgs.). *Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América*. Rio de Janeiro: EdUERJ / FAPERJ, 2014, v.1, p. 267-308.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 02, p. 163-209, março 2009.

SANTOS, Rafael Brondani dos. Santo Antônio pernambucano: politização e militarização de Santo Antônio na Restauração pernambucana. *ANAIS do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*, p. 1-8, 2006.

SNAPE, Michael. *God and the British Soldier: Religion and the British Army in the Era of the Two World Wars*. New York: Routledge, 2005. 315p.

VAN CREVELD, Martin. *The culture of war*. New York: Ballantines Books, 2008. 448p.

VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011. 168p.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 414p.

Recebido em: 1º de outubro de 2016.

Aprovado em: 06 de novembro de 2016.

